



Transição agroecológica ou adequação tecnológica? Uma análise crítica do Protocolo de Transição Agroecológica do estado de São Paulo.

Paulo Vinicius de Jesus Morgado

Flávio Bertin Gandara Mendes

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Universidade de São Paulo

paulodejesus@usp.br

Objetivos

O objetivo deste ensaio é realizar uma análise crítica e conceitual do Protocolo de Transição Agroecológica (PTA) implementado por órgãos do governo do estado de São Paulo, examinando suas potencialidades e limitações enquanto instrumento institucional de promoção da transição agroecológica. A análise busca discutir em que medida a lógica e os critérios operacionais do protocolo se aproximam das concepções de transição agroecológica formuladas pela literatura científica ou se, se configuram predominantemente como um mecanismo de adequação tecnológica orientado à conversão de sistemas produtivos convencionais para a agricultura orgânica.

Métodos e Procedimentos

A análise desenvolvida neste ensaio foi conduzida a partir de três procedimentos metodológicos principais. O primeiro consistiu em uma revisão exploratória da literatura, com o objetivo de identificar e sistematizar contribuições teóricas relevantes sobre transição agroecológica. O levantamento bibliográfico concentrou-se especialmente nas

contribuições de autores como Stephen Gliessman, Francisco Roberto Caporal, José Antônio Costabeber e Cláudio Becker, cujos trabalhos discutem os fundamentos conceituais da agroecologia e da transição agroecológica. O segundo procedimento metodológico consistiu em uma análise documental do PTA e das instruções normativas do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) para certificação orgânica, onde buscou-se examinar a estrutura, critérios operacionais e os pressupostos que orientam cada instrumento. Por fim, foi realizada uma análise crítica de natureza conceitual, focada em confrontar e comparar os conceitos e fundamentos epistemológicos encontrados no PTA e nas instruções normativas da certificação orgânica, sob os preceitos identificados na literatura científica à luz das definições e níveis discutidos para a transição agroecológica.

Resultados

O Protocolo de Transição Agroecológica (PTA) descrito na página institucional da CATI (CATI, s.d.), estrutura-se como um instrumento de avaliação progressiva baseado em um checklist de diretrizes técnicas orientadas por boas



práticas agroambientais. Sua lógica operacional fundamenta-se em uma racionalidade técnico-normativa, voltada à mensuração da conformidade e à adequação de sistemas produtivos em processo de transição e produção orgânica (São Paulo, 2016)

O instrumento apresenta estrutura consistente e contempla dimensões produtivas, econômicas, ambientais e sociais. No entanto, a análise de seus critérios evidencia que grande parte das recomendações está diretamente associada às exigências normativas da produção orgânica (Instituto Nacional de Tecnologia, 2017), indicando que na prática, o protocolo opera predominantemente como um mecanismo de adequação tecnológica orientado à certificação.

À luz da abordagem dos níveis de transição agroecológica proposta por Gliessman (2000) inicialmente estruturada em três níveis (eficiência, substituição e redesenho) e posteriormente ampliada para cinco níveis, com a incorporação das dimensões de reconexão social e transformação sistêmica, (Gliessman, 2016) (Becker 2015; 2021) (Caporal, 2020) evidencia-se um descompasso estrutural entre a complexidade do processo de transição agroecológica e a capacidade analítica do PTA.

Os resultados indicam que o protocolo se concentra predominantemente nos três primeiros níveis de transição, os quais são passíveis de operacionalização por meio de indicadores técnicos e práticas mensuráveis. Em contrapartida, os níveis 4 e 5, que envolvem dimensões sociopolíticas, territoriais e institucionais, não são operacionalizáveis no âmbito do instrumento, uma vez que extrapolam a lógica avaliativa baseada em conformidade técnica e demandam abordagens analíticas de natureza sistêmica e multidimensional.

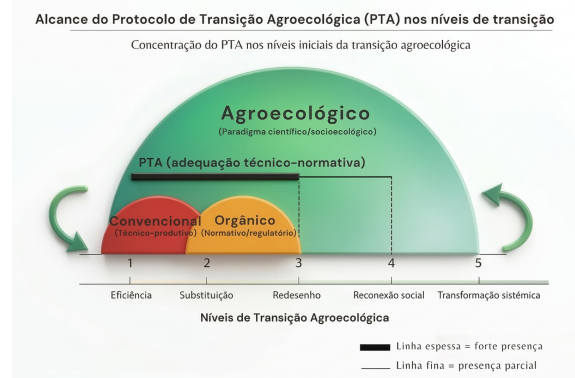


Figura 1: Alcance do PTA nos níveis de Transição

Conclusões

O Protocolo de Transição Agroecológica não se configura como um instrumento capaz de contemplar a integralidade dos níveis de transição agroecológica, operando predominantemente como um mecanismo de orientação técnico-normativa voltado à adequação produtiva em direção à produção orgânica.

Essa característica contribui para a institucionalização de uma compreensão simplificada da transição agroecológica, na qual processos complexos de transformação socioecológica são reduzidos a um conjunto de práticas técnicas verificáveis (Caporal, 2020). Nesse sentido, o protocolo tende a reforçar uma leitura linear da transição, centrada na substituição de insumos e no aprimoramento de práticas de manejo, em detrimento das dimensões socioculturais, políticas e territoriais que caracterizam os níveis mais avançados da agroecologia (Gliessman, 2016).

Os resultados evidenciam, portanto, a necessidade de desenvolvimento de instrumentos analíticos mais robustos e multidimensionais, capazes de captar a complexidade dos processos de transição agroecológica, incorporando de forma mais consistente as dimensões ecológicas, sociais e territoriais que estruturam os sistemas agroalimentares (Costabeber et al., 2013).



Referências

BECKER, C. et al. Os multiníveis da transição agroecológica e a construção de circuitos de produção e consumo sustentáveis. *Cadernos de Agroecologia*, v. 10, p. 1-5, 2015. Disponível em:

<https://revista.aba-agroecologia.org.br/cad/articloe/view/17548/13336>

BECKER, C.; SILVA, S. R. Revisitando os conceitos de Transição Agroecológica e Sistemas Agroalimentares Sustentáveis. *In: Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável*, 2021, v. 5, cap. 24, p. 274-285. Disponível em:

<https://downloads.editoracientifica.com.br/articlos/210605044.pdf>

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). *Protocolo de transição agroecológica*. Disponível em:

<https://agricultura.sp.gov.br/cati/protocolo-de-transicao-agroecologica/#certificado>.

CAPORAL, F. R. Transição Agroecológica e o papel da Extensão Rural. *Extensão Rural*, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 7-19, 2020. <https://doi.org/10.5902/2318179638420>

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R.; WIZNIEWSKY, J. G. O conceito de Transição Agroecológica: contribuições para o redesenho de agroecossistemas em bases sustentáveis. *In: GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. (org.). Agroecologia: princípios e reflexões conceituais*. Brasília, DF: Embrapa, 2013. p. 145-180. Disponível em: <file:///C:/Users/Arquivos/Downloads/Agroecologia-principios-reflexoes-conceituais.pdf>

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000. 653 p

GLIESSMAN, S. Transforming food systems with agroecology. (Editorial). *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 40, n. 3, p. 187-189, 2016. <https://doi.org/10.1080/21683565.2015.1130765>

Instituto Nacional de Tecnologia (Brasil). *Guia Certificação Orgânica / Instituto Nacional de Tecnologia*. Divisão de Certificação - Rio de Janeiro : INT, 2017. 26p.; ilustrada; 21 cm. Disponível em:

https://www.gov.br/int/pt-br/servicos-tecnologicos/certificacao_organica_int.pdf

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Associação De Agricultura Orgânica; Instituto Kairós. *Protocolo de boas práticas agroambientais da transição agroecológica e produção orgânica*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2016. Disponível em:

https://codeagro.agricultura.sp.gov.br/uploads/capacitacao/Protocolo%20SMA_SAA_AAO_Kairós%20assinado.pdf